

TEORIA GERAL DO PROCESSO

J. E.
CARREIRA
ALVIM

22^a | revista e
edição atualizada



SUMÁRIO

Capítulo 1

| | |
|---------------------------------------------------------------|-----------|
| PROPEDÊUTICA PROCESSUAL | 1 |
| 1 Análise de conceitos processuais básicos | 1 |
| 1.1 Necessidade | 1 |
| 1.2 Bem | 2 |
| 1.3 Utilidade..... | 2 |
| 1.4 Interesse | 3 |
| 1.4.1 Espécies de interesses | 4 |
| 1.5 Conflito de interesses..... | 5 |
| 1.5.1 Conflito subjetivo de interesses..... | 5 |
| 1.5.2 Conflito intersubjetivo de interesses | 6 |
| 1.5.3 Causas dos conflitos de interesses | 6 |
| 1.6 Pretensão | 7 |
| 1.7 Resistência | 7 |
| 1.8 Lide..... | 8 |
| 2 Formas de resolução dos conflitos de interesses..... | 8 |
| 2.1 Autodefesa..... | 9 |
| 2.1.1 Notas essenciais da autodefesa | 10 |
| 2.2 Autocomposição | 11 |
| 2.2.1 Característica da autocomposição | 12 |
| 2.3 Processo e sua evolução | 12 |
| 2.4 Processo, ação e jurisdição..... | 13 |
| 2.4.1 Processo e sua origem..... | 14 |
| 2.4.2 Processo e suas características | 14 |
| 2.5 Definição de processo | 15 |
| 3 Processo e atuação do direito objetivo..... | 16 |
| 3.1 Direito objetivo ou ordenamento jurídico | 16 |

| | | |
|-----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 3.2 | Relações entre processo e direito objetivo..... | 16 |
| 3.2.1 | Teoria dualista do ordenamento jurídico | 16 |
| 3.2.2 | Teoria unitária do ordenamento jurídico | 16 |
| 3.3 | Atuação do direito objetivo..... | 17 |
| 4 | Escopo do processo | 18 |
| 4.1 | Corrente subjetivista do processo..... | 18 |
| 4.2 | Corrente objetivista do processo..... | 19 |
| 4.3 | Crítica às concepções objetivista e subjetivista | 20 |
| 4.4 | Corrente subjetivista-objetivista ou mista | 20 |
| Bibliografia | | 21 |
| Capítulo 2 | | |
| DESENVOLVIMENTO DA DOUTRINA PROCESSUAL | | 23 |
| 1 | Análise comparativa dos processos romano, germânico e comum medieval | 23 |
| 1.1 | Declínio do processo romano..... | 23 |
| 1.2 | Processo romano-canônico | 24 |
| 1.3 | Escola dos Glosadores e Pós-glosadores..... | 24 |
| 1.4 | Cotejo entre os diversos tipos de processo | 24 |
| 1.4.1 | Escopo do processo | 24 |
| 1.4.2 | Função do juiz | 25 |
| 1.4.3 | Atos do juiz | 26 |
| 1.4.4 | Função da prova | 26 |
| 1.4.5 | Coisa julgada..... | 27 |
| 1.4.6 | Forma do processo | 27 |
| 2 | Evolução da doutrina processual | 28 |
| 2.1 | Etapas na evolução doutrinária do processo..... | 28 |
| 2.1.1 | Primitivismo | 28 |
| 2.1.2 | Judicialismo..... | 29 |
| 2.1.2.1 | Direito comum e a recepção..... | 29 |
| 2.1.3 | Praxismo..... | 30 |
| 2.1.4 | Procedimentalismo..... | 30 |
| 3 | Revisão científica do direito processual..... | 32 |
| 3.1 | Processualismo científico | 32 |
| 3.1.1 | Doutrina de Bülow e a autonomia do processo | 32 |
| 3.1.1.1 | Triunfos da doutrina de Bülow..... | 33 |
| 3.2 | Doutrina de Wach e a autonomia da ação | 33 |
| 3.3 | Doutrina de Degenkolb e de Plósz | 34 |
| 3.4 | Discípulos de Bülow e de Wach | 35 |
| 3.5 | Doutrina de Chiovenda e a prolusão bolonhesa | 35 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 4 Autonomia e publicização do direito processual..... | 36 |
| 4.1 Evolução do processo, da ação e da jurisdição | 36 |
| 4.2 Criação de uma dogmática processual | 36 |
| 5 Unitarismo e dualismo na ciência do processo: evolução e significação da parêmia | 37 |
| 5.1 Unidade e dualidade do direito processual | 37 |
| 5.1.1 Teoria unitária do direito processual | 37 |
| 5.1.1.1 Argumentos da corrente unitarista | 38 |
| 5.1.1.2 Argumentos da corrente dualista | 39 |
| 6 Elaboração de uma teoria geral do processo | 41 |
| 7 Teoria geral do processo e métodos de elaboração | 42 |
| 7.1 Métodos de elaboração..... | 42 |
| 7.1.1 Método realista ou empírico | 42 |
| 7.1.2 Método racionalista ou silogístico..... | 42 |
| 8 Tendência unificadora do direito processual e suas manifestações doutrinárias e legislativas | 42 |
| 8.1 Unificação doutrinária do direito processual..... | 42 |
| 8.2 Manifestações legislativas do direito processual unificado | 43 |
| 9 Trilogia estrutural do direito processual: jurisdição, ação e processo | 43 |
| 9.1 Autonomia do direito processual..... | 43 |
| 9.2 Jurisdição | 43 |
| 9.3 Ação | 44 |
| 9.4 Processo | 44 |
| 9.5 Trilogia estrutural do direito processual | 45 |
| 10 Macrossistema, microssistema, sistema periférico e integração do sistema processual | 46 |
| 10.1 Macrossistema processual, microssistemas e sistema periférico | 46 |
| 10.1.1 Integração do sistema processual..... | 46 |
| Bibliografia | 47 |
| Capítulo 3 | |
| PODER JUDICIÁRIO | 49 |
| 1 Poder Judiciário: estrutura..... | 49 |
| 1.1 Órgãos do Poder Judiciário | 50 |
| 1.1.1 Supremo Tribunal Federal | 50 |
| 1.1.2 Conselho Nacional de Justiça | 51 |
| 1.1.3 Superior Tribunal de Justiça..... | 51 |
| 1.1.4 Tribunais Regionais Federais..... | 52 |

| | | |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1.1.5 | Justiça do Trabalho | 53 |
| 1.1.5.1 | Tribunal Superior do Trabalho | 53 |
| 1.1.5.2 | Tribunais Regionais do Trabalho | 53 |
| 1.1.5.3 | Varas do Trabalho | 53 |
| 1.1.5.4 | Competência anômala da Justiça do Trabalho | 54 |
| 1.1.5.5 | Arbitragem na Justiça do Trabalho | 54 |
| 1.1.6 | Justiça Eleitoral | 55 |
| 1.1.6.1 | Tribunal Superior Eleitoral | 55 |
| 1.1.6.2 | Tribunais Regionais Eleitorais | 55 |
| 1.1.6.3 | Organização e competência dos juízos e juntas eleitorais | 55 |
| 1.1.7 | Justiça Militar da União | 56 |
| 1.1.7.1 | Superior Tribunal Militar | 56 |
| 1.1.8 | Justiça Estadual e do Distrito Federal | 56 |
| 1.1.8.1 | Tribunais de Justiça | 56 |
| 1.1.8.2 | Varas estaduais e do Distrito Federal | 57 |
| 1.1.8.3 | Justiça Militar Estadual | 57 |
| 1.1.8.4 | Inserção do leigo na administração da justiça | 58 |
| 2 | Organização judiciária | 58 |
| 2.1 | Conceito de organização judiciária | 58 |
| 2.2 | Organização da Justiça Federal | 59 |
| 2.3 | Comarcas, seções, subseções e circunscrições judiciárias | 59 |
| 2.3.1 | Classificação das comarcas | 59 |
| 2.4 | Competência regional da Justiça do Trabalho e da Eleitoral | 60 |
| 3 | Unidade e duplo grau de jurisdição: argumentos contrários e favoráveis | 60 |
| 3.1 | Unidade ou dualidade de instâncias | 60 |
| 3.1.1 | Argumentos contrários ao duplo grau de jurisdição | 60 |
| 3.1.2 | Argumentos favoráveis ao duplo grau de jurisdição | 61 |
| 3.2 | Duplo grau obrigatório de jurisdição | 61 |
| 4 | Composição dos juízos e tribunais | 62 |
| 4.1 | Distinção entre juízo ou vara e juiz | 62 |
| 4.2 | Critérios de composição dos juízos e tribunais | 62 |
| 4.2.1 | Juiz único em primeiro e em segundo grau de jurisdição | 62 |
| 4.2.2 | Juízo colegiado em primeiro e segundo grau de jurisdição | 63 |
| 4.2.3 | Juízo único em primeiro e colegiado em segundo grau de jurisdição | 63 |
| 5 | Critérios de ingresso na magistratura | 64 |
| 5.1 | Eleição pelo voto popular | 64 |
| 5.2 | Livre escolha pelo Executivo | 64 |

| | | |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 5.3 | Livre nomeação pelo Judiciário | 65 |
| 5.4 | Nomeação pelo Executivo com aprovação do Legislativo | 65 |
| 5.5 | Nomeação pelo Executivo por indicação do Judiciário ou do Legislativo | 65 |
| 5.6 | Nomeação pelo Executivo por indicação do Judiciário com aprovação do Legislativo | 66 |
| 5.7 | Nomeação pelo Executivo por indicação da OAB e do Ministério Público, com a participação do Judiciário e do Legislativo..... | 67 |
| 5.8 | Escolha por órgão especializado | 67 |
| 5.9 | Escolha por concurso | 67 |
| 5.10 | Escolha por sorteio | 68 |
| 6 | Garantias da magistratura: independência política e jurídica dos juízes... | 68 |
| 6.1 | Tipos de garantias outorgadas aos juízes | 68 |
| 6.1.1 | Verdadeira garantia política dos juízes | 69 |
| 6.2 | Independência jurídica dos juízes | 70 |
| 7 | Auxiliares da Justiça: conceito e classificação | 70 |
| 7.1 | Auxiliares da Justiça lato sensu..... | 70 |
| 7.1.1 | Classificação dos auxiliares da Justiça | 70 |
| 7.1.1.1 | Órgãos auxiliares permanentes..... | 71 |
| 7.1.1.2 | Órgãos de encargo judicial | 71 |
| 7.1.1.3 | Órgãos auxiliares extravagantes | 71 |
| 8 | Órgãos do foro extrajudicial | 71 |
| 9 | Ministério Público..... | 71 |
| 9.1 | Posição do Ministério Público na ordem jurídica | 71 |
| 9.2 | Privilégios reconhecidos ao Ministério Público..... | 72 |
| 9.3 | Estatuto do Ministério Público | 72 |
| 10 | Funções, garantias e estrutura do Ministério Público | 72 |
| 10.1 | Funções do Ministério Público | 72 |
| 10.2 | Natureza jurídica do Ministério Público..... | 73 |
| 10.3 | Garantias do Ministério Público | 73 |
| 10.4 | Estrutura do Ministério Público | 74 |
| 10.5 | Conselho Nacional do Ministério Público | 74 |
| 10.6 | Corregedoria do Ministério Público | 75 |
| 10.7 | Ingresso na carreira do Ministério Público | 76 |
| 11 | Princípios informativos do Ministério Público | 76 |
| 11.1 | Princípio da unidade e indivisibilidade | 76 |
| 11.2 | Princípio da independência funcional | 76 |
| 12 | Advocacia pública..... | 77 |
| 12.1 | Advocacia-geral da União..... | 77 |
| 12.2 | Ingresso na carreira de procurador federal..... | 77 |

| | |
|-----------------------------------------------------|-----------|
| 13 Advocacia privada | 77 |
| 13.1 Natureza jurídica da advocacia..... | 77 |
| 14 Defensoria Pública | 78 |
| 14.1 Natureza jurídica da Defensoria Pública | 78 |
| 14.2 Ingresso na carreira de defensor público | 79 |
| 14.3 Conselho Superior da Defensoria Pública..... | 79 |
| Bibliografia | 80 |

Capítulo 4

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| JURISDIÇÃO | 81 |
| 1 Funções básicas do Estado: legislação, administração e jurisdição | 81 |
| 1.1 Funções do Estado | 81 |
| 1.2 Conceito de soberania estatal..... | 82 |
| 1.3 Poderes da União e suas funções..... | 82 |
| 2 Jurisdição e equivalentes jurisdicionais..... | 82 |
| 2.1 Jurisdição e função jurisdicional | 82 |
| 2.1.1 Conceito de jurisdição..... | 83 |
| 2.2 Equivalentes jurisdicionais..... | 83 |
| 3 Características da jurisdição em confronto com a legislação..... | 84 |
| 3.1 Confronto entre as funções estatais | 84 |
| 3.1.1 Jurisdição | 84 |
| 3.1.2 Legislação | 84 |
| 4 Critérios de distinção entre jurisdição e administração | 85 |
| 4.1 Critério orgânico | 85 |
| 4.2 Critério formal..... | 86 |
| 4.3 Critério da diversidade de procedimento lógico | 86 |
| 4.4 Critério da finalidade | 86 |
| 4.5 Critério psicológico..... | 87 |
| 4.6 Critério de acertamento do direito | 87 |
| 4.7 Critério da natureza do interesse protegido | 88 |
| 4.8 Critério da sanção | 88 |
| 4.9 Critério da substituição de atividade | 88 |
| 4.9.1 Característica da jurisdição: Chiovenda..... | 88 |
| 4.9.2 Distinção entre jurisdição e administração | 89 |
| 4.10 Critério da exclusão..... | 90 |
| 5 Caracterização do ato jurisdicional | 90 |
| 5.1 Características do ato jurisdicional: Couture | 90 |
| 5.2 Formas externas do ato jurisdicional | 90 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 6 Elementos da jurisdição e poderes jurisdicionais | 91 |
| 6.1 Elementos da jurisdição segundo a doutrina clássica | 92 |
| 6.2 Elementos da jurisdição para a moderna doutrina | 92 |
| 6.2.1 Poder de decisão..... | 92 |
| 6.2.2 Poder de coerção..... | 92 |
| 6.2.3 Poder de documentação | 93 |
| 7 Princípios fundamentais da jurisdição | 93 |
| 7.1 Princípio da investidura..... | 93 |
| 7.2 Princípio da aderência ao território..... | 94 |
| 7.3 Princípio da indelegabilidade | 95 |
| 7.4 Princípio da indeclinabilidade..... | 95 |
| 7.5 Princípio do juízo natural | 95 |
| 7.6 Princípio da inéria | 96 |
| 7.7 Princípio do acesso à justiça | 96 |
| 7.8 Princípio da <i>nula poena sine iudicio</i> | 97 |
| 8 Extensão da jurisdição..... | 97 |
| 8.1 Limites da jurisdição..... | 97 |
| 8.2 Paralelismo entre legislação e jurisdição..... | 97 |
| 8.3 Fórmula da nacionalização do direito estrangeiro..... | 98 |
| 9 Jurisdição e suas divisões..... | 98 |
| 9.1 Jurisdição e soberania estatal | 98 |
| 9.2 Classificação da jurisdição | 99 |
| 9.2.1 Quanto à graduação | 99 |
| 9.2.2 Quanto à matéria | 99 |
| 9.2.3 Quanto à origem | 99 |
| 9.2.4 Quanto aos organismos judiciários..... | 99 |
| 9.2.5 Quanto à forma | 100 |
| 10 Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária: visão teórica | 100 |
| 10.1 Jurisdição voluntária para Chiovenda | 101 |
| 10.2 Importância da distinção entre as duas jurisdições..... | 101 |
| 10.3 Critérios distintivos das jurisdições contenciosa e voluntária | 102 |
| 10.3.1 Critério da contenciosidade da relação jurídica | 102 |
| 10.3.2 Critério da coação | 102 |
| 10.3.3 Critério da repressão e da prevenção..... | 102 |
| 10.3.4 Critério do escopo constitutivo da jurisdição voluntária..... | 102 |
| 10.3.5 Síntese das duas jurisdições | 104 |
| 11 Tese revisionista do conceito de jurisdição voluntária | 104 |
| 11.1 Processo contencioso e processo voluntário..... | 104 |
| 11.1.1 Ausência de litígio ou controvérsia..... | 104 |
| 11.1.2 Ausência de contraparte..... | 105 |

| | |
|--------------------------------------------------------------|------------|
| 11.1.3 Ausência de demanda | 105 |
| 11.1.4 Jurisdição voluntária é atividade jurisdicional | 105 |
| 12 Jurisdição e arbitragem..... | 106 |
| 12.1 Existência de jurisdição na arbitragem | 106 |
| 12.2 Existência de processo arbitral | 106 |
| 12.3 Arbitragem no novo Código de Processo Civil | 107 |
| 12.4 Princípio da colaboração na arbitragem..... | 107 |
| 13 Resolução consensual dos conflitos | 108 |
| 13.1 Conciliação e mediação..... | 108 |
| Bibliografia | 109 |

Capítulo 5

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| COMPETÊNCIA..... | 111 |
| 1 Competência: conceito e relações com a jurisdição | 111 |
| 1.1 Competência como medida da jurisdição | 111 |
| 1.2 Distinção entre juízo e juiz..... | 112 |
| 2 Limites da jurisdição nacional. Delimitação da jurisdição no espaço: competência interna e competência internacional..... | 113 |
| 2.1 Extensão da jurisdição..... | 113 |
| 2.2 Princípio da efetividade..... | 114 |
| 2.3 Competência externa e competência interna..... | 114 |
| 3 Competência interna: distribuição da jurisdição. Critérios de determinação da competência | 115 |
| 3.1 Critérios de determinação da competência..... | 115 |
| 3.1.1 Sistema de determinação da competência de Carnelutti..... | 116 |
| 3.1.2 Critérios de determinação da competência de Chiovenda | 117 |
| 3.1.2.1 Critério objetivo | 117 |
| 3.1.2.2 Critério territorial | 117 |
| 3.1.2.3 Critério funcional | 117 |
| 3.2 Critérios de competência do Código de Processo Civil | 118 |
| 3.2.1 Critério objetivo | 118 |
| 3.2.1.1 Competência pela matéria..... | 118 |
| 3.2.1.2 Competência pelo valor | 119 |
| 3.2.1.3 Competência pela qualidade da pessoa..... | 119 |
| 3.3 Competência territorial | 120 |
| 3.3.1 Foro geral e foros supletivos e especiais..... | 121 |
| 3.3.1.1 Foro geral | 121 |
| 3.3.1.2 Foros supletivos do geral | 121 |
| 3.3.1.3 Foros especiais | 122 |
| 3.3.2 Critério da situação da coisa | 122 |

| | | |
|---------------------------|--------------------------------------------------------------|------------|
| 3.3.3 | Critério da condição da pessoa | 123 |
| 3.3.4 | Critério do lugar do ato ou fato | 123 |
| 3.4 | Critério funcional..... | 124 |
| 4 | Prorrogação de competência: conexão e prevenção | 125 |
| 4.1 | Competência absoluta..... | 125 |
| 4.2 | Competência relativa..... | 125 |
| 4.3 | Prorrogação de competência | 125 |
| 4.3.1 | Prorrogação legal e prorrogação voluntária | 126 |
| 4.3.2 | Conexão de causas: doutrina de Pescatore | 126 |
| 4.3.2.1 | Elementos da ação | 126 |
| 4.3.2.2 | Conexão nos processos civil e penal | 126 |
| 4.3.3 | Continência de causas..... | 127 |
| 4.3.3.1 | Continência no processo penal | 127 |
| 4.3.4 | Conexão e continência no processo trabalhista..... | 128 |
| 4.4 | Prorrogação de competência | 128 |
| 4.4.1 | Competência no processo penal | 128 |
| 4.5 | Prevenção de competência | 129 |
| 5 | Perpetuação da jurisdição | 130 |
| 5.1 | Perpetuação da jurisdição ou da competência..... | 130 |
| 5.1.1 | Momento de perpetuação da competência | 130 |
| 5.1.2 | Perpetuação da jurisdição no processo penal..... | 130 |
| Bibliografia | 131 | |

Capítulo 6

| | | |
|-----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|------------|
| PROBLEMÁTICA DA AÇÃO | 133 | |
| 1 | Evolução do conceito de ação | 133 |
| 1.1 | Evolução da ação no direito romano | 133 |
| 1.1.1 | Sistema das ações da lei | 134 |
| 1.1.2 | Sistema formulário | 135 |
| 1.1.2.1 | Composição da fórmula | 135 |
| 1.1.3 | Sistema da <i>cognitio</i> extraordinária | 136 |
| 1.2 | Codificação de Justiniano e a definição de ação de Celso e Ulpiano | 136 |
| 1.2.1 | Teoria imanentistas da ação | 136 |
| 1.3 | Polêmica Windscheid <i>versus</i> Muther..... | 137 |
| 2 | Teorias sobre a ação | 142 |
| 2.1 | Ação como direito a uma sentença justa | 142 |
| 2.2 | Ação como emanação da personalidade | 143 |
| 2.3 | Ação como direito de ser ouvido em juízo..... | 143 |
| 2.4 | Ação como pretensão de tutela jurídica | 144 |
| 2.5 | Ação como direito potestativo | 145 |

| | | |
|---------------------------|------------------------------------------------------------------------|------------|
| 2.6 | Ação como direito processual das partes | 147 |
| 2.7 | Ação como direito de petição | 149 |
| 2.8 | Ação como direito cívico..... | 150 |
| 2.9 | Ação como direito à jurisdição | 151 |
| 3 | Relatividade do conceito de ação..... | 152 |
| 4 | Condições da ação civil | 155 |
| 4.1 | Interesse de agir..... | 155 |
| 4.2 | Legitimação das partes | 155 |
| 4.3 | Crítica à concepção original de Liebman sobre a ação | 155 |
| 5 | Condições da ação penal..... | 156 |
| 6 | Defesa contra a ação. Questões sobre o exercício da ação | 157 |
| 6.1 | Conceito de “questão” | 157 |
| 6.2 | Classificação das questões na teoria de Hélio Tornaghi..... | 158 |
| 7 | Classificação das ações | 159 |
| 7.1 | Classificação da ação civil..... | 159 |
| 7.2 | Classificação da ação trabalhista | 162 |
| 7.3 | Classificação da ação penal | 164 |
| 8 | Elementos da ação | 165 |
| 8.1 | Teorias sobre a causa de pedir: individuação e substancialização | 166 |
| Bibliografia | 167 | |

Capítulo 7

| | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| PROBLEMÁTICA DO PROCESSO | 169 | |
| 1 | Valores e normas fundamentais..... | 169 |
| 1.1 | Ordenação do processo civil | 169 |
| 1.2 | Direito constitucional processual e direito processual constitucional | 170 |
| 2 | Principais teorias sobre a natureza do processo: teorias privatistas e publicistas | 171 |
| 3 | Processo como contrato | 171 |
| 4 | Processo como quase contrato | 173 |
| 5 | Processo como instituição | 174 |
| 6 | Processo como situação jurídica..... | 177 |
| 6.1 | Feição estática e dinâmica do direito | 179 |
| 6.1.1 | Expectativa de sentença favorável | 179 |
| 6.1.2 | Perspectiva de sentença desfavorável..... | 179 |
| 6.1.3 | Situação de possibilidade..... | 180 |
| 6.1.4 | Situação de encargo ou de ônus | 180 |

| | | |
|-------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 6.1.5 | Situação de dispensa de encargo | 180 |
| 6.1.6 | Crítica de Calamandrei à teoria da situação jurídica..... | 181 |
| 6.1.7 | Mérito da teoria de Goldschmidt: conceito de ônus processual | 181 |
| 7 | Processo como relação jurídica..... | 181 |
| 7.1 | Sistematização da relação jurídica processual | 182 |
| 8 | Relação jurídica processual: características | 185 |
| 9 | Caracterização da relação processual..... | 188 |
| 9.1 | Teoria linear da relação processual | 188 |
| 9.2 | Teoria angular da relação processual | 189 |
| 9.3 | Teoria triangular da relação processual..... | 189 |
| 10 | Pressupostos processuais: pressupostos de existência e pressupostos de validade | 190 |
| 10.1 | Pressupostos processuais..... | 191 |
| 10.1.1 | Pressupostos de existência da relação processual..... | 192 |
| 10.1.1.1 | Pressupostos subjetivos de existência do processo..... | 192 |
| 10.1.1.2 | Pressuposto objetivo de existência do processo..... | 192 |
| 10.2 | Pressupostos de validade da relação processual | 193 |
| 10.2.1 | Pressupostos de validade subjetivos do processo..... | 193 |
| 10.2.1.1 | Pressupostos de validade em relação às partes..... | 193 |
| 10.2.1.2 | Pressupostos de validade em relação ao juiz | 195 |
| 10.2.2 | Pressupostos de validade objetivos do processo..... | 196 |
| 11 | Defesa contra o processo | 197 |
| 11.1 | Questões sobre o processo | 197 |
| 11.2 | Conceito de exceção como sinônimo de defesa | 198 |
| 11.2.1 | Alegações contra o processo..... | 198 |
| 11.2.2 | Modalidades de defesa no processo civil | 198 |
| 11.2.3 | Modalidades de defesa no processo penal | 199 |
| 11.2.4 | Tratamento das questões no Código de Processo Civil | 199 |
| 11.2.5 | Questão processual e objeção processual | 200 |
| 11.2.6 | Modos de alegação das questões processuais | 200 |
| 11.2.7 | Exceção e objeção no direito positivo civil e penal..... | 201 |
| 11.2.8 | Exceções na Consolidação das Leis do Trabalho | 201 |
| Bibliografia | 201 | |
| Capítulo 8 | | |
| CONTEÚDO OBJETIVO DO PROCESSO..... | 203 | |
| 1 | Problemática do mérito | 203 |
| 1.1 | Mérito na doutrina tradicional | 203 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 2 Mérito e lide: lide total e lide parcial. Julgamento parcial de mérito..... | 204 |
| 2.1 Mérito na doutrina de Cornelutti..... | 204 |
| 2.2 Mérito na doutrina de Liebman | 204 |
| 2.3 Lide total e lide parcial..... | 205 |
| 2.4 Configuração do pedido na doutrina de Liebman..... | 205 |
| 2.5 Julgamento parcial do mérito..... | 206 |
| 3 Mérito em matéria penal | 206 |
| 3.1 Conceito de mérito em matéria penal | 207 |
| 4 Defesa contra o mérito | 208 |
| 4.1 Defesa direta contra o mérito | 208 |
| 4.2 Defesa indireta contra o mérito | 208 |
| 4.3 Conceito substancial de exceção..... | 209 |
| 5 Ainda a defesa contra o mérito | 209 |
| 5.1 Conceito de questão prejudicial..... | 210 |
| 5.2 Visão pragmática das questões prejudiciais..... | 210 |
| 5.3 Características das questões prejudiciais | 211 |
| 5.4 Categorias de questões prejudiciais..... | 212 |
| 6 Questões preliminares e questões prejudiciais | 213 |
| 6.1 Ponto comum entre questões preliminares e prejudiciais | 213 |
| 6.2 Diferenças entre questões preliminares e prejudiciais..... | 213 |
| 6.3 Questões prejudiciais e coisa julgada..... | 214 |
| Bibliografia | 214 |

Capítulo 9

| | |
|------------------------------------------------------------------------|------------|
| COMPOSIÇÃO SUBJETIVA DO PROCESSO..... | 217 |
| 1 Sujeitos processuais..... | 217 |
| 1.1 Sujeitos principais do processo | 217 |
| 1.2 Sujeitos secundários do processo | 218 |
| 1.3 Sujeitos <i>sui generis</i> do processo | 218 |
| 2 Partes: generalidades, conceito; princípios informativos..... | 219 |
| 2.1 Sujeitos parciais do processo..... | 219 |
| 2.2 Configuração da relação processual: simples e litisconsorcial..... | 219 |
| 2.3 Sujeitos da relação processual e da relação material | 219 |
| 2.4 Conceito civilista de parte | 220 |
| 2.5 Concepção moderna de parte | 220 |
| 2.6 Denominação das partes no processo..... | 222 |
| 2.7 Princípios informativos das partes..... | 222 |
| 3 Pluralidade de partes, ativa e passiva. Litisconsórcio | 223 |
| 3.1 Conceito de litisconsórcio | 223 |

| | | |
|---------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.2 | Classificação do litisconsórcio..... | 223 |
| 3.2.1 | Litisconsórcio ativo, passivo e misto..... | 224 |
| 3.2.2 | Litisconsórcio inicial e ulterior | 224 |
| 3.2.3 | Litisconsórcio necessário e facultativo..... | 225 |
| 3.2.4 | Litisconsórcio unitário e não unitário..... | 226 |
| 4 | Intervenção de terceiros | 227 |
| 4.1 | Conceito de terceiro | 228 |
| 4.1.1 | Intervenção de terceiros no processo | 228 |
| 4.1.2 | Espécies de intervenção de terceiros..... | 228 |
| 4.1.3 | Espécies de assistência | 229 |
| 4.1.3.1 | Assistência simples | 229 |
| 4.1.3.2 | Assistência litisconsorcial | 229 |
| 4.1.4 | Conceito de interesse jurídico | 230 |
| 4.1.5 | Interesse de fato ou econômico..... | 231 |
| 4.1.6 | Diferença entre assistência simples e litisconsorcial..... | 231 |
| 4.1.6.1 | Natureza jurídica do assistente litisconsorcial | 232 |
| 4.1.7 | Denunciaçāo da lide..... | 232 |
| 4.1.8 | Chamamento ao processo..... | 233 |
| 4.1.9 | Desconsideração da personalidade jurídica | 233 |
| 4.1.10 | <i>Amicus curiae</i> | 233 |
| 5 | Substituição processual e legitimação extraordinária..... | 234 |
| 6 | Diferenças entre representação, substituição e sucessão processual | 235 |
| 6.1 | Representação processual | 235 |
| 6.2 | Substituição processual..... | 235 |
| 6.3 | Sucessão processual..... | 235 |
| 7 | Limites de incidência da autonomia da vontade: o poder dispositivo | 236 |
| 7.1 | Poder dispositivo da parte no processo civil | 236 |
| 7.2 | Poder dispositivo no processo trabalhista | 237 |
| 7.3 | Poder dispositivo no processo penal | 237 |
| Bibliografia | 239 | |
| Capítulo 10 | | |
| | MORFOLOGIA DO PROCESSO | 241 |
| 1 | Distinção entre processo e procedimento | 241 |
| 1.1 | Conceito de processo na ciéncia do direito | 241 |
| 1.2 | Conceito de procedimento | 242 |
| 1.3 | Classificação dos procedimentos..... | 243 |
| 1.3.1 | Procedimentos cíveis | 243 |
| 1.3.2 | Procedimentos penais..... | 244 |
| 1.3.3 | Procedimentos trabalhistas..... | 244 |

| | |
|---------------------------------------------------------------|------------|
| 2 Princípios processuais | 245 |
| 2.1 Conceito de princípio..... | 245 |
| 3 Princípios informativos do processo..... | 246 |
| 3.1 Princípio lógico..... | 246 |
| 3.2 Princípio jurídico | 246 |
| 3.3 Princípio político | 246 |
| 3.4 Princípio econômico..... | 246 |
| 4 Princípios fundamentais do processo..... | 246 |
| 4.1 Princípio da iniciativa da parte | 247 |
| 4.2 Princípio do impulso oficial | 247 |
| 4.3 Princípio do contraditório..... | 248 |
| 4.3.1 Contraditório substancial..... | 249 |
| 4.4 Princípio inquisitório ou inquisitivo | 249 |
| 4.5 Princípio dispositivo..... | 250 |
| 4.6 Princípio da lealdade processual | 251 |
| 4.7 Princípio da publicidade..... | 251 |
| 4.8 Princípio da preclusão | 252 |
| 4.9 Princípio da eventualidade | 252 |
| 4.10 Outros princípios processuais..... | 252 |
| 4.10.1 Princípio da inafastabilidade..... | 253 |
| 4.10.2 Princípio da duração razoável do processo | 253 |
| 4.10.3 Princípio da boa-fé objetiva..... | 255 |
| 4.10.4 Princípio da cooperação..... | 256 |
| 4.10.5 Princípio da paridade de tratamento..... | 257 |
| 4.10.6 Fins sociais da lei e exigências do bem comum | 259 |
| 4.10.7 Princípio da proibição de decisão-surpresa..... | 261 |
| 4.10.8 Princípio da fundamentação..... | 262 |
| 4.10.9 Princípio da publicidade..... | 263 |
| 5 Princípios procedimentais | 263 |
| 5.1 Procedimento oral..... | 264 |
| 5.2 Princípios informativos do procedimento oral | 264 |
| 5.2.1 Princípio da imediação | 264 |
| 5.2.2 Princípio da identidade física do juiz | 265 |
| 5.2.3 Princípio da concentração | 265 |
| 5.2.4 Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias..... | 266 |
| 6 Tipologia do processo | 267 |
| 6.1 Classificação do processo | 267 |
| 6.1.1 Processo de conhecimento | 267 |
| 6.1.1.1 Processo de conhecimento declaratório | 267 |
| 6.1.1.2 Processo de conhecimento constitutivo | 267 |
| 6.1.1.3 Processo de conhecimento condenatório..... | 268 |

| | | |
|---------------------------|-------------------------------------------------------|-----|
| 6.1.2 | Processo de execução | 268 |
| 6.2 | Processo individual..... | 269 |
| 6.3 | Processo coletivo..... | 269 |
| 6.3.1 | Direito subjetivo e interesse legítimo..... | 270 |
| 6.4 | Processo social | 271 |
| 6.5 | Processos penal, trabalhista e civil..... | 271 |
| 6.6 | Processo penal acusatório, inquisitório e misto | 272 |
| Bibliografia | 273 | |

Capítulo 11

DISCIPLINA NORMATIVA DO PROCESSO..... 275

| | | |
|----------|------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1 | Norma jurídica..... | 275 |
| 1.1 | Leis substantivas e leis adjetivas | 275 |
| 1.2 | Normas materiais e normas processuais..... | 276 |
| 1.2.1 | Normas materiais | 276 |
| 1.2.2 | Normas processuais | 276 |
| 1.2.2.1 | Divisão das normas processuais | 276 |
| 2 | Fontes do direito processual | 277 |
| 3 | Interpretação e integração da norma processual | 279 |
| 3.1 | Interpretação do ponto de vista objetivo..... | 279 |
| 3.1.1 | Interpretação gramatical ou literal | 279 |
| 3.1.2 | Interpretação lógica ou teleológica | 279 |
| 3.1.3 | Interpretação sistemática..... | 280 |
| 3.1.4 | Interpretação histórica | 280 |
| 3.2 | Interpretação do ponto de vista subjetivo | 280 |
| 3.2.1 | Interpretação autêntica..... | 280 |
| 3.2.2 | Interpretação doutrinária..... | 280 |
| 3.2.3 | Interpretação judicial..... | 280 |
| 3.3 | Interpretação do ponto de vista dos resultados..... | 280 |
| 3.3.1 | Interpretação extensiva | 281 |
| 3.3.2 | Interpretação restritiva | 281 |
| 3.4 | Outras formas de interpretação | 281 |
| 3.5 | Integração da norma processual | 282 |
| 3.5.1 | Analogia..... | 282 |
| 3.5.2 | Costumes..... | 282 |
| 3.5.3 | Princípios gerais de direito..... | 283 |
| 3.5.4 | Equidade | 283 |
| 4 | Limitações espaciais e temporais na aplicação da norma processual | 283 |
| 4.1 | Princípio da territorialidade..... | 283 |

| | | |
|----------|---------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.2 | Conflito temporal de leis processuais..... | 284 |
| 4.2.1 | Disposições finais e transitórias do Código de Processo Civil | 284 |
| 4.3 | Sistemas de solução dos conflitos de normas processuais..... | 285 |
| 4.3.1 | Sistema da unidade processual | 285 |
| 4.3.2 | Sistema das fases processuais..... | 285 |
| 4.3.3 | Sistema do isolamento dos atos processuais | 285 |
| 4.4 | Ultratividade das leis processuais | 286 |
| 5 | Aplicação das normas processuais..... | 286 |
| 5.1 | Leis processuais nacionais e estrangeiras..... | 286 |
| 5.2 | Projeto de normas transnacionais..... | 286 |
| 5.3 | Ausência de normas nos demais processos..... | 286 |
| | Bibliografia | 287 |

Capítulo 12

| | | |
|----------|---------------------------------------------------------------|------------|
| | DINÂMICA DO PROCESSO | 289 |
| 1 | Dinamicidade do processo..... | 289 |
| 1.1 | Fases ou momentos do processo..... | 289 |
| 1.2 | Impulso processual..... | 290 |
| 1.2.1 | Autodinâmica e heterodinâmica | 290 |
| 2 | Fatos, atos e negócios jurídicos processuais..... | 291 |
| 2.1 | Fato e fatos jurídicos..... | 291 |
| 2.1.1 | Fato jurídico processual e sua classificação | 291 |
| 2.1.1.1 | Fato juridicamente irrelevante | 292 |
| 2.1.1.2 | Fato jurídico lato sensu e ato jurídico | 292 |
| 2.1.1.3 | Ato jurídico <i>stricto sensu</i> | 292 |
| 2.1.1.4 | Negócio jurídico processual | 292 |
| 2.2 | Caracterização do ato processual | 293 |
| 3 | Princípios informativos dos atos processuais..... | 293 |
| 3.1 | Princípio da legalidade | 294 |
| 3.2 | Princípio da publicidade | 294 |
| 3.3 | Princípio da instrumentalidade | 294 |
| 3.4 | Princípio da sanabilidade | 294 |
| 4 | Tempo dos atos processuais. Prazos e caducidades | 295 |
| 4.1 | Conceito de prazo | 295 |
| 4.2 | Prazo e termo | 295 |
| 4.3 | Classificação dos prazos | 295 |
| 4.3.1 | Prazo dilatório e prazo peremptório..... | 295 |
| 4.3.2 | Prazo legal, judicial e convencional | 296 |
| 4.3.3 | Prazo comum, especial e individual | 297 |
| 4.3.4 | Prazo próprio e prazo impróprio | 297 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5 Revelia e preclusão..... | 297 |
| 5.1 Revelia no processo | 297 |
| 5.1.1 Efeitos da revelia no processo..... | 298 |
| 5.2 Preclusão de prazos | 298 |
| 5.2.1 Espécies de preclusão | 298 |
| 5.2.1.1 Preclusão temporal..... | 298 |
| 5.2.1.2 Preclusão lógica | 299 |
| 5.2.1.3 Preclusão consumativa | 299 |
| 6 Perfeição e eficácia do ato processual: teoria das nulidades | 299 |
| 6.1 Irregularidade do ato processual | 299 |
| 6.2 Nulidade processual e sistemas de nulidades..... | 300 |
| 6.2.1 Qualquer defeito acarreta nulidade | 300 |
| 6.2.2 Nulidade resulta de declaração da lei | 300 |
| 6.2.3 Nulidade varia conforme a gravidade do vício..... | 300 |
| 6.3 Princípios informativos das nulidades | 301 |
| 6.3.1 Princípio da causalidade..... | 301 |
| 6.3.2 Princípio da instrumentalidade das formas..... | 301 |
| 6.3.3 Princípio do interesse..... | 301 |
| 6.3.4 Princípio da economia processual..... | 301 |
| 6.4 Ato processual inexistente | 302 |
| 7 Ordem cronológica na prática de atos processuais..... | 302 |
| 8 Calendário para a prática de atos processuais | 303 |
| Bibliografia | 304 |

Capítulo 13

| | |
|-------------------------------------------------------|------------|
| PROVA..... | 305 |
| 1 Prova..... | 305 |
| 1.1 Origem e significado vulgar de prova | 305 |
| 1.2 Conceito lógico e jurídico de prova | 305 |
| 1.3 Conceito de prova na doutrina..... | 305 |
| 1.4 Sentidos objetivo e subjetivo da prova | 306 |
| 1.5 Conceito de prova judiciária | 306 |
| 2 Objeto, função e destinatário da prova | 306 |
| 2.1 Objeto da prova judiciária | 306 |
| 2.2 Função da prova judiciária | 306 |
| 2.3 Destinatários da prova judiciária | 307 |
| 3 Classificação das provas | 307 |
| 3.1 Prova pessoal | 307 |
| 3.2 Prova real | 307 |

| | | |
|-----------|-------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.3 | Prova direta | 307 |
| 3.4 | Prova indireta | 308 |
| 3.5 | Prova testemunhal | 308 |
| 3.6 | Prova documental..... | 308 |
| 3.7 | Prova material..... | 308 |
| 3.8 | Prova casual..... | 308 |
| 3.9 | Prova preconstituída | 309 |
| 4 | Meios probatórios: pressupostos e limitações | 309 |
| 4.1 | Fixação dos fatos no processo..... | 310 |
| 4.1.1 | Prova no processo penal..... | 310 |
| 4.1.2 | Prova no processo civil | 310 |
| 5 | Natureza do direito probatório..... | 311 |
| 5.1 | Natureza jurídica da prova | 311 |
| 6 | Distribuição do ônus probatório: significado..... | 312 |
| 6.1 | Conceito de ônus probatório | 312 |
| 6.2 | Distribuição estática da prova..... | 312 |
| 6.3 | Ônus da prova na doutrina | 313 |
| 7 | Critérios formais de distribuição do ônus probatório | 313 |
| 7.1 | Critério de Carnelutti | 313 |
| 7.2 | Critério de Chiovenda | 313 |
| 7.3 | Critério de Betti | 313 |
| 7.4 | Problemática do ônus probatório | 314 |
| 8 | Critério material de distribuição do ônus probatório | 315 |
| 8.1 | Repartição do ônus da prova | 315 |
| 8.1.1 | Fato constitutivo do direito | 315 |
| 8.1.2 | Fato impeditivo do direito | 316 |
| 8.1.3 | Fato modificativo do direito | 316 |
| 8.1.4 | Fato extintivo do direito | 316 |
| 9 | Dinamização e inversão do ônus da prova | 316 |
| 9.1 | Distribuição dinâmica da prova | 316 |
| 9.1.1 | Dinamização do ônus da prova | 317 |
| 9.1.2 | Momento de inversão do ônus da prova | 318 |
| 10 | Fatos como objeto da prova..... | 318 |
| 10.1 | Fatos que carecem de prova | 318 |
| 10.1.1 | Prova de fatos controvertidos..... | 318 |
| 10.1.2 | Prova de fatos relevantes | 319 |
| 10.1.3 | Prova de fatos determinados | 319 |
| 10.2 | Fatos que não carecem de prova | 319 |
| 10.2.1 | Fatos incontroversos | 319 |
| 10.2.2 | Fatos evidentes | 319 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------|------------|
| 10.2.3 Fatos impertinentes | 320 |
| 10.2.4 Fatos irrelevantes ou inconcludentes | 320 |
| 10.2.5 Fatos impossíveis | 320 |
| 10.2.6 Fatos indeterminados | 320 |
| 10.2.7 Fatos notórios | 321 |
| 10.2.8 Fatos possíveis com prova impossível | 321 |
| 10.2.8.1 Natureza da impossibilidade da prova | 321 |
| 11 Prova de fatos negativos..... | 322 |
| 11.1 Problemática da prova de fato negativo | 322 |
| 12 Prova do direito..... | 323 |
| 13 Motivos de prova, meios de prova e procedimento probatório | 323 |
| 13.1 Motivos de prova..... | 323 |
| 13.2 Meios de prova..... | 324 |
| 13.3 Procedimento probatório..... | 324 |
| 13.4 Eficácia objetiva e atendibilidade da prova | 324 |
| 14 Procedimento probatório. Princípios probatórios | 324 |
| 14.1 Fases ou momentos do procedimento probatório | 324 |
| 14.1.1 Proposição da prova | 324 |
| 14.1.2 Admissão da prova | 325 |
| 14.1.3 Produção da prova | 325 |
| 14.2 Princípios informativos da oralidade | 325 |
| 14.2.1 Princípio da identidade física do juiz | 325 |
| 14.2.2 Princípio da concentração da prova | 326 |
| 14.2.3 Princípio da imediação | 326 |
| 14.2.4 Outros princípios probatórios | 326 |
| 14.2.4.1 Princípio da unidade da prova | 327 |
| 14.2.4.2 Princípio da vedação da prova ilícita | 327 |
| 14.2.4.3 Princípio da comunhão da prova | 327 |
| 14.2.4.4 Princípio do <i>in dubio pro reo</i> | 327 |
| 14.2.4.5 Princípio da persuasão racional | 327 |
| 15 Produção antecipada da prova..... | 327 |
| 15.1 Ata notarial | 328 |
| 16 Sistemas de valoração das provas | 328 |
| 16.1 Sistemas de avaliação das provas | 329 |
| 16.1.1 Sistema positivo ou legal | 329 |
| 16.1.2 Sistema da íntima convicção..... | 329 |
| 16.1.3 Sistema da persuasão racional | 330 |
| 17 Verdade no processo: verdade formal e verdade material..... | 330 |
| 17.1 Princípio da verdade formal..... | 330 |
| 17.2 Princípio da verdade material | 331 |
| Bibliografia | 331 |

Capítulo 14

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| SENTEÇA..... | 333 |
| 1 Introdução ao estudo da sentença: atos ordinatórios e atos decisórios | 333 |
| 1.1 Atos processuais do juiz | 333 |
| 1.1.1 Classificação dos atos do juiz por Liebman | 333 |
| 1.1.1.1 Despachos ordenatórios..... | 334 |
| 1.1.1.2 Despachos interlocutórios..... | 334 |
| 1.1.1.3 Decisões terminativas | 334 |
| 1.1.1.4 Decisões definitivas | 334 |
| 1.2 Atos processuais do juiz no processo civil | 334 |
| 1.2.1 Sentença..... | 334 |
| 1.2.2 Decisão interlocutória | 335 |
| 1.2.3 Despachos..... | 335 |
| 1.3 Atos do juiz nos processos penal e trabalhista | 335 |
| 2 Conceito de sentença..... | 335 |
| 2.1 Sentença no processo romano | 335 |
| 2.2 Sentença no processo medieval..... | 335 |
| 2.3 Derivação etimológica do vocábulo “sentença” | 336 |
| 2.4 Sentença na doutrina..... | 336 |
| 3 Gênese lógica da sentença..... | 336 |
| 3.1 Construção silogística da sentença..... | 336 |
| 3.2 Conceito de subsunção..... | 337 |
| 3.3 Sentença contém vários silogismos | 337 |
| 3.4 Conceito de sentença para Couture | 337 |
| 4 Natureza da atividade judicial na emissão da sentença | 337 |
| 4.1 Sentença como ato de inteligência do juiz..... | 337 |
| 4.2 Sentença como ato de inteligência e vontade | 338 |
| 4.3 Elemento essencial e característico da sentença | 338 |
| 4.4 Resposta de Alfredo Rocco às críticas à sua teoria..... | 339 |
| 4.5 Sentença na concepção de Chiovenda | 339 |
| 4.6 Sentença na concepção de Lopes da Costa | 339 |
| 5 Função da sentença | 339 |
| 5.1 Sentença como ato de criação do direito objetivo | 340 |
| 5.1.1 Teoria de Bülow | 340 |
| 5.1.2 Teoria de Cornelutti | 340 |
| 5.2 Sentença como ato de criação do direito subjetivo | 340 |
| 5.3 Doutrina sobre a função declaratória da sentença | 341 |
| 5.3.1 Lacunas na lei e integração das normas jurídicas | 341 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 6 Sentença como ato processual e como fato processual. Efeitos da sentença..... | 341 |
| 6.1 Sentença como ato jurídico processual..... | 342 |
| 6.1.1 Publicação da sentença no processo civil..... | 342 |
| 6.1.2 Publicação da sentença no processo trabalhista | 342 |
| 6.1.3 Publicação da sentença no processo penal | 342 |
| 6.2 Efeitos principais da sentença como ato processual..... | 342 |
| 6.3 Efeitos secundários da sentença como fato processual..... | 343 |
| 7 Classificação da sentença | 343 |
| 7.1 Sentença declaratória | 343 |
| 7.2 Sentença constitutiva..... | 344 |
| 7.3 Sentença condenatória | 344 |
| 7.4 Sentenças sujeitas a cumprimento forçado..... | 344 |
| 8 Requisitos ou elementos essenciais da sentença..... | 345 |
| 8.1 Componentes essenciais da sentença | 345 |
| 8.1.1 Relatório..... | 345 |
| 8.1.2 Fundamentos da sentença..... | 345 |
| 8.1.2.1 Necessidade de fundamentação..... | 345 |
| 8.2 Parte dispositiva da sentença | 346 |
| 8.2.1 Dispositivo direto e dispositivo indireto | 346 |
| 9 Efeitos da sentença na interferência das jurisdições | 347 |
| 9.1 Prevalência da jurisdição penal sobre a civil | 347 |
| 9.2 Quando a sentença penal não se projeta no cível | 348 |
| 9.3 Fixação de danos civis pela sentença penal..... | 348 |
| 9.4 Sentença penal e coisa julgada no cível | 349 |
| 9.5 Decisão no juízo criminal e processo trabalhista | 349 |
| Bibliografia | 350 |
| Capítulo 15 | |
| RECURSO | 353 |
| 1 Recurso | 353 |
| 1.1 Derivação etimológica da palavra “recurso”..... | 353 |
| 1.2 Sentido técnico-processual do termo “recurso” | 353 |
| 1.3 Notas características do recurso..... | 353 |
| 1.4 Conceito de recurso na doutrina | 354 |
| 2 Duplo grau de jurisdição..... | 354 |
| 2.1 Recurso e dualidade de instâncias..... | 354 |
| 3 Natureza jurídica do recurso | 355 |
| 3.1 Concepção do recurso como ação | 355 |
| 3.2 Concepção do recurso como direito distinto da ação | 355 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4 Pressupostos recursais | 356 |
| 4.1 Pressupostos recursais objetivos | 357 |
| 4.1.1 Recorribilidade da decisão | 357 |
| 4.1.2 Tempestividade do recurso | 357 |
| 4.1.3 Singularidade do recurso | 357 |
| 4.1.4 Adequação do recurso | 358 |
| 4.1.5 Observância da forma legal | 358 |
| 4.1.6 Motivação do recurso | 358 |
| 4.1.7 Preparo do recurso | 359 |
| 4.2 Pressupostos subjetivos do recurso | 359 |
| 4.2.1 Legitimidade para recorrer | 360 |
| 4.2.2 Interesse jurídico em recorrer | 360 |
| 5 Sucumbência | 360 |
| 5.1 Conceito de sucumbente | 360 |
| 5.1.1 Sucumbência como gravame para a parte | 360 |
| 5.1.2 Sucumbência em função do pedido | 361 |
| 5.2 Classificação da sucumbência | 362 |
| 5.2.1 Sucumbência única e múltipla | 362 |
| 5.2.2 Sucumbência direta e reflexa | 363 |
| 5.2.3 Sucumbência total e parcial | 363 |
| 6 Fundamento do recurso | 364 |
| 6.1 Erro de procedimento | 364 |
| 6.2 Erro de julgamento | 364 |
| 7 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito | 365 |
| 7.1 Tribunal conhece ou não conhece do recurso | 365 |
| 7.2 Tribunal dá ou nega provimento ao recurso | 365 |
| 8 Efeitos do recurso | 366 |
| 8.1 Efeito suspensivo do recurso | 366 |
| 8.2 Efeito devolutivo do recurso | 366 |
| 8.3 Efeito retratativo do recurso | 366 |
| 9 Reflexos da interposição do recurso sobre a relação processual | 367 |
| 9.1 Impugnação por meio de recurso e por ação autônoma | 367 |
| 9.2 Principal reflexo da interposição do recurso | 367 |
| 9.2.1 Reiteração e iteração da relação processual | 367 |
| 10 Classificação dos recursos | 368 |
| 10.1 Classificação quanto à natureza | 368 |
| 10.2 Classificação quanto à iniciativa recursal | 369 |
| 10.3 Classificação quanto à extensão do recurso | 369 |
| 10.4 Classificação quanto à autonomia do recurso | 369 |

| | |
|----------------------------------------------------------------|------------|
| 10.5 Classificação quanto ao poder de retratação do juiz | 370 |
| 10.6 Classificação quanto ao fundamento recursal..... | 370 |
| 11 Tipologia recursal | 371 |
| 11.1 Teoria do recurso indiferente..... | 371 |
| 11.2 Modalidades de recurso no processo civil | 372 |
| 11.2.1 Mandado de segurança como sucedâneo recursal..... | 372 |
| 11.2.2 Medidas de quase recurso | 373 |
| 11.3 Modalidades de recurso no processo penal..... | 373 |
| 11.4 Modalidades de recurso no processo trabalhista | 374 |
| 12 Incidentes recursais | 376 |
| 12.1 Assunção de competência | 376 |
| 12.2 Arguição de constitucionalidade..... | 376 |
| 12.3 Resolução de demandas repetitivas..... | 376 |
| 12.4 Reclamação | 376 |
| 12.5 Recursos extraordinário e especial repetitivos | 376 |
| 13 Proibição de <i>reformatio in peius</i> | 377 |
| Bibliografia | 377 |

Capítulo 16

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| COISA JULGADA | 379 |
| 1 Natureza jurídica da sentença recorrível | 379 |
| 1.1 Ato jurídico sujeito a condição suspensiva..... | 379 |
| 1.2 Ato jurídico sujeito a condição resolutiva..... | 380 |
| 1.3 Mera situação jurídica ou simples ato do magistrado | 380 |
| 1.4 Ato jurisdicional por excelência | 381 |
| 1.5 Ato imperativo do Estado-juiz | 381 |
| 1.6 Ato jurídico sujeito a revogação..... | 381 |
| 1.7 Ato jurídico sujeito a condição suspensiva ou resolutiva | 382 |
| 2 Escorço histórico da coisa julgada | 382 |
| 2.1 Coisa julgada no processo romano..... | 382 |
| 2.2 Coisa julgada no processo medieval..... | 383 |
| 2.3 Novos contornos dados à coisa julgada por Liebman | 383 |
| 3 Coisa julgada: coisa julgada <i>formal</i> e coisa julgada <i>material</i>..... | 383 |
| 3.1 Coisa julgada formal..... | 384 |
| 3.2 Coisa julgada material | 384 |
| 4 Justificação da coisa julgada | 384 |
| 4.1 Fundamento político da coisa julgada..... | 384 |
| 4.2 Fundamento jurídico da coisa julgada..... | 385 |

| | | |
|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.2.1 | Principais teorias sobre o fundamento jurídico da coisa julgada..... | 385 |
| 4.2.1.1 | Teoria da presunção de verdade | 385 |
| 4.2.1.2 | Teoria da ficção da verdade..... | 385 |
| 4.2.1.3 | Teoria da força legal substancial da sentença | 386 |
| 4.2.1.4 | Teoria da eficácia da declaração | 386 |
| 4.2.1.5 | Teoria da vontade do Estado..... | 387 |
| 4.2.1.6 | Teoria da extinção da obrigação jurisdicional do Estado... | 387 |
| 4.2.1.7 | Teoria da sentença como lei especial..... | 388 |
| 4.2.1.8 | Teoria da qualificação dos efeitos da sentença | 389 |
| 4.2.1.8.1 | Eficácia natural da sentença | 390 |
| 4.2.1.8.2 | Autoridade de coisa julgada..... | 391 |
| 5 | Limites objetivos da coisa julgada..... | 392 |
| 5.1 | Coisa julgada no processo civil..... | 393 |
| 5.1.1 | Coisa julgada e questões prejudiciais | 393 |
| 5.2 | Relação entre o dispositivo e os fundamentos da sentença..... | 393 |
| 6 | Limites subjetivos da coisa julgada..... | 394 |
| 6.1 | Coisa julgada em relação às partes na demanda | 394 |
| 6.2 | Teorias sobre a extensão da coisa julgada a terceiros..... | 395 |
| 6.2.1 | Teoria da identidade objetiva da relação jurídica | 395 |
| 6.2.2 | Teoria da representação | 395 |
| 6.2.3 | Teoria da identidade da posição jurídica | 396 |
| 6.2.4 | Teoria da subordinação da posição jurídica..... | 396 |
| 6.2.5 | Teoria dos efeitos reflexos da coisa julgada..... | 397 |
| 6.2.5.1 | Categorias de terceiros em relação ao processo | 398 |
| 7 | Teoria da eficácia natural da sentença | 398 |
| 7.1 | Distinção entre eficácia natural da sentença e coisa julgada..... | 399 |
| 7.1.1 | Princípios básicos da teoria de Liebman..... | 399 |
| 8 | Projeção da coisa julgada penal na esfera cível e vice-versa | 400 |
| 8.1 | Prevalência da jurisdição penal sobre a cível..... | 400 |
| 8.1.1 | Teoria da unidade da jurisdição | 400 |
| 8.1.2 | Teoria da ficção da representação | 400 |
| 8.1.3 | Teoria da predominância do princípio inquisitório no processo penal..... | 401 |
| 8.1.4 | Necessidade de evitar julgados contraditórios..... | 401 |
| Bibliografia | | 401 |
| Capítulo 17 | | |
| EXECUÇÃO..... | | 403 |
| 1 Execução e processo..... | | 403 |
| 1.1 | Autonomia do processo de execução | 403 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------|------------|
| 2 Pressupostos processuais na execução | 404 |
| 2.1 Pressupostos genéricos e específico do processo de execução | 404 |
| 2.2 Competência no processo de execução | 405 |
| 2.3 Objeto do processo de execução..... | 405 |
| 2.3.1 Lide de pretensão insatisfeita..... | 405 |
| 2.4 Condições da ação de execução | 406 |
| 3 Defesa na execução | 406 |
| 3.1 Natureza jurídica dos embargos à execução..... | 406 |
| 4 Execução e jurisdição..... | 407 |
| 4.1 Caráter substitutivo da execução..... | 407 |
| 4.2 Natureza da execução penal | 407 |
| 5 Exceção (ou alegação) de pré-executividade | 408 |
| 5.1 Construção doutrinária do instituto | 408 |
| 5.2 Problemática da exceção de pré-executividade..... | 409 |
| 6 Cumprimento de sentença..... | 409 |
| 6.1 Cumprimento de sentença penal, arbitral e estrangeira | 409 |
| 6.2 Cumprimento parcial da sentença: parte líquida e ilíquida | 410 |
| Bibliografia | 410 |
| BIBLIOGRAFIA GERAL | 411 |

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).